

*O fim do tráfico e a organização do trabalho nas charqueadas pelotenses:*  
**ofícios e avaliação dos escravos arrolados nos inventários de charqueadores**

Bruno Stelmach Pessi<sup>1</sup>

**Resumo:** A comunicação pretende discutir a organização do trabalho escravo nas charqueadas de Pelotas na segunda metade do século XIX analisando os ofícios e a avaliação dos escravos arrolados nos inventários de charqueadores. Com base em dados extraídos de inventários de charqueadores, procuramos uma análise comparativa entre dois períodos: um no qual o tráfico transatlântico de escravos era a principal fonte de trabalhadores e outro onde a crise de mão-de-obra causada pelo fim desse tráfico implicou a tomada de medidas racionalizantes por parte dos charqueadores para o prosseguimento da produção escrava. Através da descrição de ofícios e dos valores da avaliação dos cativos nos inventários dos charqueadores, procuramos debater questões referentes à possibilidade de organização do trabalho em uma empresa escravista e de especialização do trabalho escravo no período proposto.

**Palavras-chave:** Charqueadas. Escravidão. Trabalho escravo.

O texto aqui apresentado procura divulgar os resultados da pesquisa desenvolvida no ano de 2008 e que resultou no trabalho de conclusão de curso em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que procurou entender os impactos causados pelo fim do tráfico. Nessa pesquisa, utilizamos os inventários *post-mortem* de charqueadores pelotenses, propondo sua utilização em um estudo comparativo de dois períodos específicos. O primeiro período abrange os anos entre 1846 e 1850 e representa aquele imediatamente anterior ao fim do tráfico. Os anos de 1870 a 1874 foram selecionados para analisar o impacto do fim do tráfico de escravos nas charqueadas. Dessa forma, utilizamos 17 inventários, sendo oito para o primeiro período e nove para o segundo. Além dos inventários, utilizaremos neste estudo alguns registros de compra e venda de escravos em Pelotas, que possam nos auxiliar no estudo dos preços dos cativos comercializados.

As charqueadas foram, no Rio Grande do Sul do século XIX, uma das principais atividades econômicas e aquela que proporcionou a integração econômica da região com o centro do Brasil, além de ter sido a principal atividade que demandou a utilização de mão-de-obra escrava na região. Apesar de terem se instalado no sul do Brasil desde o final do século XVIII, foi a partir do século XIX que as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado, principalmente na região do Arroio Pelotas. A intensa exploração do trabalho escravo nas charqueadas demandava uma constante aquisição de cativos. Com a proibição do tráfico, através da Lei Eusébio de Queirós aprovada em 1850, e com a cessação da oferta de cativos africanos, a dinâmica da escravidão no Brasil modificou-se de forma significativa.

Ao estudarmos os impactos do fim do tráfico na charqueada e na sua escravaria, observamos que houve dificuldade na manutenção dos grandes plantéis existentes no período anterior a 1850. Vimos que em 1870, os charqueadores investiam parcelas semelhantes às aplicadas em escravos no fim da década de 1840, mas que, por outro lado, o número médio de cativos sofreu um decréscimo de quase 50% entre os dois períodos (de 80 para 43 escravos por charqueador). Ou seja, se houve a possibilidade dos charqueadores manterem os investimentos voltados para aquisição de escravos, o mesmo não ocorre quando observamos o tamanho dos plantéis. De fato, o que observamos foi que o valor dos plantéis teve um aumento considerável, impulsionado pela valorização do preço médio dos escravos ocorrida após 1850<sup>2</sup>. Também pudemos observar que essa dificuldade obrigou os charqueadores a racionalizarem o investimento em escravos, adquirindo mais escravos do sexo masculino.

A partir dessas afirmações, nos perguntamos de que forma os cativos eram utilizados no serviço das charqueadas, qual o perfil dos trabalhadores, quais as tarefas executadas pelos escravos no charqueio da carne e quais ofícios estavam ligados diretamente a essas tarefas. Além disso, o já postulado encarecimento do preço dos escravos necessita de verificação da forma e intensidade do aumento do valor dos escravos nas charqueadas e nos grupos analisados. Partimos dessa forma ao estudo dos ofícios e avaliação dos escravos presentes nos inventários de charqueadores selecionados para a pesquisa.

Ao abordar a questão do trabalho nas charqueadas é necessário examinar a organização do trabalho escravo dentro das unidades produtivas, a possibilidade de divisão do trabalho e especialização. O primeiro trabalho que investigou a produção escrava nas charqueadas foi o famoso estudo de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, que abordou o trabalho escravo nas charqueadas em contraposição ao trabalho livre nos *saladeros* platinos e a concorrência implicada por essa empresa capitalista à produção escravista no sul do Brasil. Segundo o autor, o trabalho escravo nas charqueadas do

Rio Grande do Sul, comparativamente com a produção do charque no Uruguai onde o trabalho era livre, apresentava menor produtividade e um custo mais elevado de produção<sup>3</sup>. A economia escravocrata imporia certos limites à racionalização da produção que, em uma produção sazonal como a do charque, onde o trabalho dos escravos teria que ser ocupado em alguma forma de produção para mantê-los ativos e proporcionar uma “ilusão do trabalho”, quando enfrentadas com a concorrência de uma produção nos moldes capitalistas levariam ao fracasso inerente da produção escravocrata. Assim, não haveria incentivo à divisão e organização do trabalho, já que tais melhoramentos técnicos implicariam na redução do trabalho e na possibilidade de não ocupação do escravo permanentemente, criando momentos de ociosidade, seja nos meses fora do calendário de produção do charque, seja durante o processo produtivo.

Contrariamente ao postulado por Fernando Henrique Cardoso e outros autores, de que a escravidão seria um obstáculo insuperável para o desenvolvimento do capitalismo e um sistema produtivo destinado ao fracasso, já que o regime escravocrata impediria a divisão técnica do trabalho e a especialização profissional, Berenice Corsetti afirma que havia, sim, certo grau de divisão técnica e especialização nas charqueadas pelotenses. Segundo a autora, “desde as primeiras informações apresentadas sobre o tipo de organização do trabalho nas empresas charqueadoras sulinas, é possível perceber, sem dúvida, a existência de certo grau de divisão técnica do trabalho”<sup>4</sup>.

O que observamos nos nossos dados é que, entre 1846 e 1850, 224 dos 633 escravos listados nos inventários *post-mortem* dos charqueadores apresentam descrições sobre ofícios especializados, o que representa 35% dos escravos arrolados no período. Entre 1870 e 1874, 330 dos 386 cativos apresentam descrições sobre ofícios, o que representa 85% dos plantéis. Esse aumento do número de escravos com conhecimento de algum ofício é impressionante e pode ter sido gerado por dois fatores: uma maior preocupação dos escrivães com a descrição dos escravos ou o crescimento do número de escravos especializados. Parece-nos mais convincente a segunda hipótese já que, entre as outras características dos escravos presentes nos inventários (idade e origem, principalmente) não houve um detalhamento mais significativo nas descrições. Assim, acreditamos que houve um processo de intensificação da organização do trabalho escravo nas charqueadas, o que implicou em um maior grau de especialização da escravaria.

Observando os diversos ofícios constantes na documentação, percebe-se que eles podem ser relacionados com o *serviço da charqueada*, *serviço do campo/lavoura* e *serviços domésticos*. Entre os escravos identificados com o serviço da charqueada, alocamos aqueles

ligados diretamente à produção do charque, ao abate, esquartejamento do animal, retirada do couro e afins (carneadores, salgadores, descarnadores, curtidores, charqueadores, graxeiros e serventes da charqueada), e aqueles ligados indiretamente, seja com o transporte (boleiros, corrieiros e marinheiros) seja com outros ofícios manuais (calafates, carpinteiros, cavouqueiros, ferreiros, oleiros, pedreiros e tanoeiros).

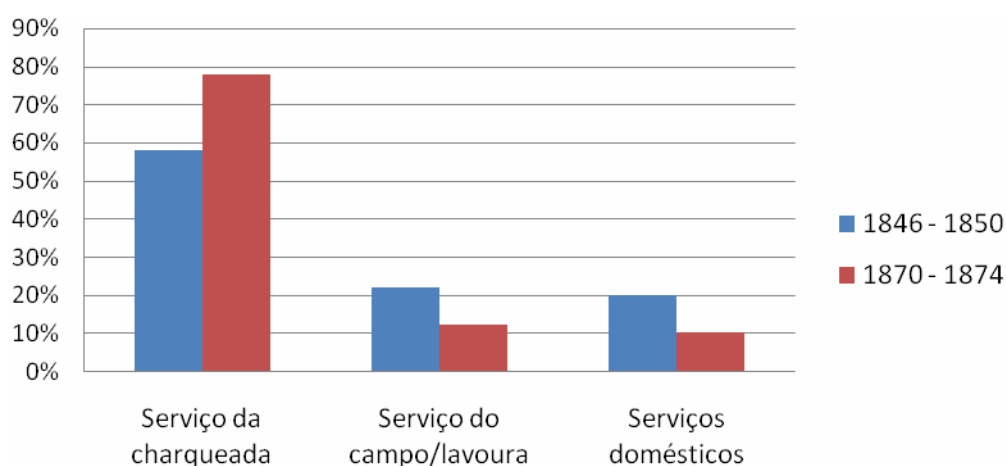
Dessa forma, o trabalho ligado ao charque podia sim gerar certa divisão e especialização do trabalho. Ao contrário do afirmado por Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup>, baseado nas descrições de Louis Couty, parece-nos que havia muito mais do que trabalhadores que se dedicassem somente às operações anteriores à salga, salgadores e trabalhadores encarregados pelos subprodutos do charque. Por mais que no processo que se estende do abate do animal até a produção do charque, couro e graxas, não nos pareça haver uma subdivisão mais rigorosa do trabalho, a presença de escravos nos processos anteriores e posteriores ao citado acima denota uma importante divisão do trabalho. Também o caráter bruto do trabalho escravo, necessário para que o escravo não se anteponha ao senhor, não parece encontrar apoio nos dados empíricos, visto a alta especialização de alguns escravos, como os calafates, carpinteiros e ferreiros. A presença de tais escravos mostra que a lógica da charqueada escravista não era tão irracional como pretendida por Cardoso, mas procurava certa autossuficiência, buscando minimizar a necessidade de recorrer ao mercado, em relação a algumas atividades correlatas à produção do charque.

Essa procura pela autossuficiência estava presente também no setor de transportes, com a importante presença de escravos marinheiros, além dos boleiros e carroceiros. Também nessa atividade, essencial para a produção charqueadora, a utilização de mão-de-obra escrava era importante, contando com a possibilidade de especialização dos trabalhadores na execução de suas atividades.

A preocupação com autossuficiência da charqueada em matéria-prima e alimentos está demonstrada na importante participação dos escravos ligados ao serviço do campo e da lavoura. Estão incluídos nesse grupo os campeiros, roceiros e os descritos como “serviço da lavoura”. Por último, observamos que os escravos eram ocupados também em diversas atividades domésticas, principalmente as mulheres. De fato, somente encontramos mulheres com ofícios entre os escravos do serviço doméstico. Temos alguns escravos vinculados às lidas manuais, à costura de panos - alfaiates, costureiras e tecedeiras - e sapateiros, o que indica que também havia preocupação com o sustento da casa em relação ao fornecimento de roupas para os escravos. O restante era composto por escravos relacionados ao serviço doméstico, como cozinheiros, lavadeiras, padeiros, etc.

Como mostra o gráfico 1, a intensificação da organização do trabalho escravo nas charqueadas, apresentada no aumento do número de escravos com especialização, foi mais acentuada em algumas áreas do processo produtivo. Observamos que entre os cativos ligados ao serviço da charqueada, houve um grande aumento da quantidade de escravos especializados, enquanto que entre os ofícios ligados ao serviço do campo e da lavoura e àqueles ligados aos serviços domésticos, houve uma redução significativa da participação dos escravos entre os dois períodos.

**Gráfico 1: Participação dos escravos (%) nas categorias ocupacionais nos dois períodos**



Fonte: APERS. Inventários *post-mortem*. Pelotas

Persistiu na década de 1870 a preocupação com a autossuficiência das charqueadas, expressa na presença significativa de cativos com ofícios manuais, além dos campeiros e roceiros. Porém, a participação de escravos com tais ofícios é reduzida entre um período e outro, denotando mais uma vez as estratégias adotadas pelos charqueadores de forma a superar a crise de braços ocasionada em decorrência da Lei Eusébio de Queirós. Também sofreu um decréscimo considerável a participação proporcional dos escravos alocados nos serviços domésticos, como consequência da diminuição de mulheres nos plantéis, já que grande parte dos escravos relacionados ao serviço doméstico era do sexo feminino.

O elevado crescimento do número de escravos com ofício e principalmente daqueles ligados ao serviço da charqueada entre os dois períodos estudados é compatível com a ideia apresentada de racionalização do trabalho escravo nas charqueadas em um contexto de crise de braços. Tal incremento na organização do trabalho após o fim do tráfico foi advogado por Jacob Gorender ao estudar as fazendas de café do oeste paulista na segunda metade do século XIX. Segundo o autor, “com o braço escravo comprado a preços altíssimos, a poupança da

mão-de-obra tornou-se imperativa. A tecnificação setorial abriu caminho no próprio escravismo brasileiro, prolongando sua viabilidade econômica”<sup>6</sup>. Dessa forma, parece plenamente racional que, aliado à melhoria tecnológica da empresa escravista, o incremento da organização do trabalho escravo visasse à poupança do escravo cada vez mais caro, a fim de perpetuar a utilização de sua força de trabalho. Além disso, cabe fazer alguns apontamentos sobre a importante questão da divisão técnica do trabalho escravo na década de 1870. Se entre 1846 e 1850, os ofícios referentes ao serviço da charqueada resumiam-se a nove especializações diferentes: na primeira metade da década de 1870 temos, além do aparecimento de cinco novas especialidades, a presença de graus de conhecimento do ofício, tais como aprendizes e mestres. Entre os ofícios que constam na documentação desse período e que não constavam anteriormente, encontramos correeiros, descarnadores, graxeiros, salgadores e tanoeiros, desaparecendo dos inventários os carroceiros, curtidores e oleiros. O que chama a atenção é a maior divisão do processo de abate e esquartejamento do gado e salga da carne, demonstrado pela presença, além dos carneadores e serventes, de descarnadores e salgadores. Assim, enquanto os carneadores eram os responsáveis pelo abate e esquartejamento do animal, os descarnadores separavam ossos, peles e couros e os salgadores ficavam responsáveis pela última etapa do processo, a salga e empilhamento da carne.

O que merece atenção especial é o fato de encontrarmos entre os escravos especializados quatro aprendizes de carneador e um tanoeiro mestre. Apesar de pouca frequência de tal tipo de descrição, parece-nos que existiam graus de especialização mais vastos do que o conhecimento de ofícios variados, havendo investimento e uma rede de aprendizado entre os escravos dos charqueadores do período analisado. Assim, o estudo empírico nos inventários *post-mortem* nos mostra que as possibilidades de especialização do trabalho escravo nas charqueadas eram variadas e foram se intensificando ao longo da segunda metade do século XIX, contrariamente ao argumento postulado por Fernando Henrique Cardoso.

Antes de abordar a avaliação dos escravos, precisamos fazer algumas ressalvas sobre o seu significado. Ressaltamos que não estamos lidando com o preço de compra e venda dos cativos, mas o valor de avaliação dos mesmos nos inventários *post-mortem* que podem não representar o valor de mercado do cativo, mas com certeza regulam-se através dele. As avaliações dos bens arrolados nos inventários eram feitas por “especialistas”, pessoas que tivessem conhecimento dos bens a serem avaliados. Apesar de o procedimento de avaliação dos bens nos inventários nem sempre ser isento de interesses, a finalidade desse processo é

avaliar conforme a “geral estimação” dos preços. Feitas essas ressalvas, podemos nos aventurar no estudo dos preços de avaliação dos escravos dos charqueadores no período selecionado para essa pesquisa.

O preço de um escravo é, essencialmente, fruto de diversas considerações acerca de sua capacidade produtiva, mas também de fatores exteriores à constituição física do cativo. Segundo Kátia Mattoso, “o preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa”<sup>7</sup>. Assim, a autora afirma que fatores como concorrência, distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, e a especulação são variáveis que se unem à idade, sexo, saúde e à qualificação profissional na composição do preço do escravo.

Os inventários do período que se estende dos anos 1846 a 1850 nos indicam que a média geral da avaliação dos escravos é alta: aproximadamente 451\$690, maior entre os homens (468\$822) do que entre as mulheres (400\$000). Já entre 1870 e 1874, o valor médio dos escravos é surpreendente, cerca de 1:065\$000. Surpreendentes também são os valores entre os homens e as mulheres. Os valores médios entre cativos do sexo masculino foram de 1:122\$500, enquanto que entre as mulheres foram de 682\$600 (61% do valor médio dos escravos do sexo masculino).

Como a tabela 1 nos mostra, a variação do valor da avaliação entre os homens foi muito maior do que entre as mulheres nos 20 anos que separam os períodos estudados. Enquanto entre os homens, a variação foi de 239%, entre as mulheres foi de 173%. Podemos observar que o acesso aos escravos do sexo masculino tornou-se dificultoso para os charqueadores, mas que mesmo assim, grande parte do investimento na compra de cativos direcionava-se para esse grupo<sup>8</sup>. Novamente, a racionalização e a melhor organização do trabalho escravo nas charqueadas, visando a “poupança” de mão-de-obra, representam soluções para compensar o alto custo de aquisição de cativos após o fim do tráfico.

**Tabela 1: Variação dos preços médios dos escravos**

Sexo	Valor médio 1846 a 1850	Valor médio 1870 a 1874	Variação
Masculino	468\$822	1:122\$500	239%
Feminino	400\$000	682\$600	173%
Geral	451\$690	1:065\$000	236%

Fonte: APERS. Inventários *post-mortem*. Pelotas.

Se observarmos a variação da avaliação dos escravos especializados e não-especializados, percebemos um movimento semelhante. Obviamente, os valores dos cativos

especializados são mais elevados do que os sem ofício, conforme nos mostra a tabela 2. De forma geral, os valores dos homens e dos cativos com ofícios variam semelhantemente. O mesmo ocorre entre as mulheres e os cativos sem ofício declarado.

**Tabela 2: Variação dos preços médios entre escravos com e sem ofício**

	Valor médio 1846 a 1850	Valor médio 1870 a 1874	Variação
Com ofício	512\$887	1:127\$317	220%
Sem ofício	424\$442	639\$791	150%
Geral	451\$690	1:065\$000	236%

Fonte: APERS. Inventários *post-mortem*. Pelotas.

A variação dos valores dos escravos com ofício não foi, contudo, igual em todos os ofícios. Dos 14 ofícios que se repetem nos dois períodos, em 4 a variação é menor do que a variação média dos escravos com ofício declarado, tendo uma valorização expressiva, porém semelhante à dos escravos sem ofício declarado (a avaliação das costureiras teve um aumento de 180%; das lavadeiras, 154%; dos serventes, 142%; e das declaradas “serviços domésticos”, 172%). Isso demonstra que passou a tornar-se cada vez mais necessária a especialização dos escravos na produção do charque. Essa capacidade de desenvolver uma atividade específica gerando economia e melhor qualidade do trabalho estava “calculada” no valor do escravo e tornava-o mais bem cotado em relação aos outros.

Manuseando os livros notariais do tabelionato de Pelotas, encontramos três contratos de compra e venda de grandes quantidades de escravos, envolvendo a comercialização de escravos com ofícios ligados à produção do charque em diversos anos (1860, 1875 e 1881). O primeiro registro que encontramos foi uma venda de 55 escravos que Cipriano Rodrigues Barcellos fez a Cândido Antônio Barcellos e Irmãos em primeiro de dezembro de 1860<sup>9</sup>. É interessante observar que, dos 49 escravos do sexo masculino vendidos, apenas 10 não tinham nenhum ofício declarado. Entre os 16 ofícios citados, os mais frequentes eram carneador (11), carpinteiro (6) e servente (6). O preço acertado entre as partes foi de 1:400\$000 por escravo, valor bem elevado se comparado com a média das avaliações feitas nos inventários utilizados anteriormente, mas próximo dos valores médios de carneadores (1:341\$758) e descarnadores (1:400\$000).

Em 29 de novembro de 1875, Manoel Mathias da Terra Velho, morador de Rio Grande, registra uma venda de 25 escravos para Joaquim Rodrigues da Silva e Antônio Joaquim da Silva Maia<sup>10</sup>. Nesta transação também encontramos uma maioria de escravos com ofício declarado: somente cinco não o tinham. Entre os ofícios mais frequentes, encontramos

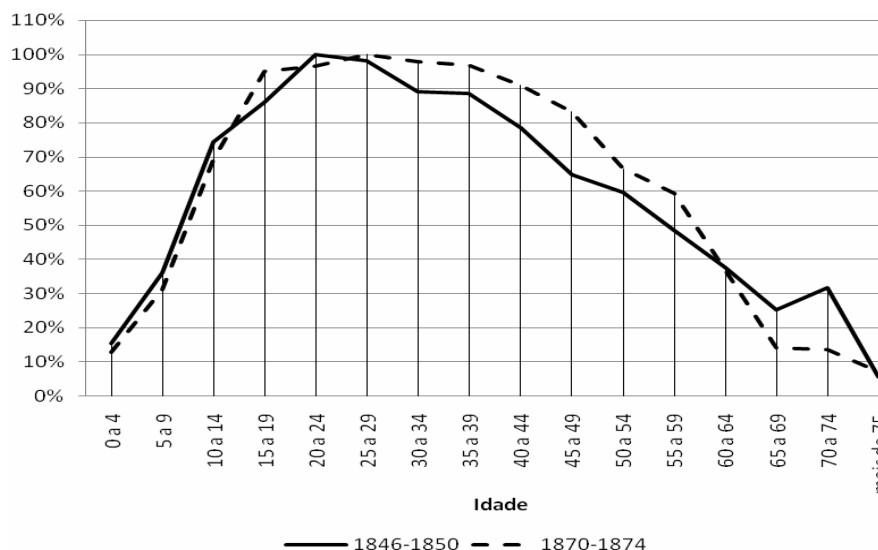


carneador (10), oleiro (3) e marinheiro (3). Foi ajustado o valor de 35:000\$000 pela transação, 1:400\$000 por cativo.

O último registro de compra e venda que utilizaremos foi estabelecido em nove de fevereiro de 1882. São 34 cativos, entre carneadores e serventes, vendidos pela Firma Evaristo e Gonçalves ao Comendador Possidonio Mâncio da Cunha<sup>11</sup>. Neste registro não há nenhum escravo sem ofício, apenas um escravo declarado “serviços domésticos”. O valor, porém, não demonstra semelhança com os casos anteriores: 19:000\$000 pela compra de 34 escravos (aproximadamente 560\$000 por escravo). É preciso lembrar que na década de 1880 a escravidão já estava nos seus momentos finais: a lei Eusébio de Queirós e a lei Rio Branco estancaram as duas fontes de aquisição de novos trabalhadores escravizados, o tráfico e a reprodução interna de escravos. Talvez pelo valor da negociação, já houvesse nesta década a consciência do fim inerente da escravidão, mas não é esse o aspecto que procuramos destacar neste texto. Com o uso dos registros de compra e venda, percebemos que o valor agregado à especialização do escravo estava presente não só nas avaliações em inventários, mas também no preço utilizado em transações comerciais envolvendo cativos especializados.

Voltando aos inventários, podemos analisar o valor dos cativos em relação à idade, o que pode nos mostrar quais eram os grupos etários mais envolvidos com a produção. Entende-se assim que, ao tratarmos o grupo de escravos dos períodos estudados, a variação de preços ao longo de cada período é essencialmente um indicativo da capacidade produtiva dos mesmos. Logo, aquele cativo em idade produtiva e com boa saúde valeria mais do que um cativo muito jovem ou muito velho para o trabalho, ou mesmo adoentado. Elaboramos o gráfico 2 procurando entender a variação do valor dos escravos conforme a idade dos mesmos. O gráfico representa a variação dos valores médios dos escravos agrupados por idades a cada cinco anos. Para a análise comparativa, consideramos os valores máximos encontrados em cada período como 100%, na tentativa de mostrarmos a evolução dos mesmos em relação ao seu ápice. Os máximos encontrados correspondem à faixa de 20 a 24 anos no primeiro período (583\$000) e à faixa de 25 a 29 aos no segundo (1:407\$000).

**Gráfico 2: Evolução do preço dos escravos em relação à idade**



Fonte: APERS. Inventários *post-mortem*. Pelotas.

O que podemos observar do gráfico é que, entre os escravos considerados crianças, manteve-se uma progressão semelhante nos preços entre os dois períodos. Entre o momento de nascimento do cativo até os quatro anos, os valores correspondiam a cerca de 15% dos valores máximos. Aquelas crianças que sobrevivem, por volta dos quatro anos começam a receber instruções e tendo seu tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho, existindo a possibilidade de aprender um ofício, mas inevitavelmente, aprendendo a ser escravo. Entre os 10 e 14 anos o valor do escravo já representava em torno de 70% do valor de um adulto, situação que está intimamente relacionada à capacidade produtiva que já era demonstrada por tais cativos nessa idade. Por volta dos 12 anos, concluíam-se o adestramento que transformava crianças em adultos<sup>12</sup>.

Assim, aos 15 anos o escravo já era um adulto com todas as competências para o trabalho e o vigor físico necessário para tal. Na faixa de idade dos 15 aos 19 anos, os escravos já alcançam 85% do valor médio máximo, pertencente aos cativos na faixa dos 20 aos 24 anos, no período que se estende de 1846 a 1850. Até os 34 anos esse valor é mais ou menos estável, atingindo pouco menos de 90% do preço máximo, decaindo de forma constante a partir dos 40 anos. Se as avaliações das crianças representam um crescimento semelhante entre um período e outro, a variação dos valores quanto aos escravos em idade adulta nos períodos analisados não apresenta tantas semelhanças. Nos primeiros quatro anos da década de 1870, o valor de um escravo entre os 15 e 19 anos representava 95% da média máxima, obtida entre os escravos com 25 a 29 anos. Se o valor médio do escravo supera os 90% do

máximo antes do que no primeiro período, ele volta a cair abaixo desse patamar mais tardiamente, por volta dos 45 aos 49 anos, onde representa 85% do valor máximo e a partir de então decai de forma mais significativa.

Dessa forma, o que podemos analisar no gráfico acima é que os escravos na década de 1870 possuem um valor relativamente alto (entre 90% e 100% do valor médio máximo) ao longo de um período maior da sua vida, dos 15 aos 44 anos, o que representa uma maior valorização do próprio trabalho desses cativos. O que entendemos por isso é que, numa lógica econômica própria desse momento, o escravo tornava-se velho – sinônimo de improdutivo, ou menos produtivo – em uma idade mais avançada em relação ao primeiro período. Tendo isso em mente, parece que a racionalização do trabalho escravo com o objetivo de economizar além do alto capital investido, o próprio escravo, na forma de melhor organização e especialização do trabalho, pode proporcionar a extensão da idade produtiva e o maior aproveitamento do cativo ao longo de sua existência.

Pudemos ver que a lógica da empresa escravista, pelo menos quando tratamos das charqueadas pelotenses, nem sempre foi tão irracional, como proposto por Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, além da possibilidade de uma maior organização do trabalho, houve a adoção de medidas racionalizantes para o trabalho escravo nas charqueadas, necessidade que tornou-se premente devido à crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos e o paulatino encarecimento do preço do escravo. Como forma de compensar a crise e tornar possível a permanência da escravidão nas charqueadas, a maior especialização dos cativos pode ter sido aliada às inovações tecnológicas e ao uso cada vez maior de mão-de-obra livre, que não nos atemos a analisar.

Aliada à idéia de racionalização do trabalho, a especialização e capacitação dos escravos trabalhadores nas charqueadas foram medidas adotadas pelos charqueadores. Pudemos ver que essas medidas, inclusive, agregaram um valor ao preço do cativo que elevou o valor médio do escravo nos inventários. Ou seja, os escravos especializados tiveram uma variação maior de valor do que aqueles não especializados. Essa busca pela especialização também foi observada nos registros de compra e venda de escravos citados, onde era comercializado um grande número de escravos, em sua maioria com ofícios.

Compreendemos assim que a permanência do trabalho escravo nas charqueadas mesmo após o fim do tráfico e o progressivo encarecimento da aquisição de cativos segue uma racionalidade que visava permitir condições para o seu melhor aproveitamento, o que proporcionaria a amortização ao longo de maior tempo da inversão inicial feita pelos charqueadores. Assim, até pelo menos a década de 1870, quando começa a decair a produção

do charque na Província do Rio Grande do Sul, o investimento no trabalho escravo não parecia para os charqueadores a permanência de um atraso frente à utilização de mão-de-obra livre, mas possibilitava condições de expansão e maior organização do trabalho, o que poderia tornar o escravo mais produtivo e inclusive, mais rentável.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UFRGS.

<sup>2</sup> PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (c. 1846 – c. 1874)*. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, 0. 28 et. seq.

<sup>33</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 172.

<sup>4</sup> CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983, p. 136.

<sup>5</sup> CARDOSO, *Op. cit.*, p. 178.

<sup>6</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980. P. 563.

<sup>7</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 77.

<sup>8</sup> PESSI, *Op. cit.*, pp. 33-51.

<sup>9</sup> APERS. Pelotas, I Tabelionato, Livro 9 (1860 – 1864), fl. 105r.

<sup>10</sup> APERS. Pelotas, II Tabelionato, Livro 16 (1875 – 1876), fl. 17r.

<sup>11</sup> APERS. Pelotas, II Tabelionato, Livro 18 (1881 – 1882), fl. 194v.

<sup>12</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, p. 217.

## Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologia da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (c. 1846 – c. 1874)*. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.